

CENÁRIO ECONÔMICO PROSPECTIVO PARA ACELERAR O DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Jandir Ferrera de Lima¹ Sérgio Luís Eidt²

¹Economista, Coordenador e Professor do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: jandirbr@yahoo.com.br

²Economista, mestrando no programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócios, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: sergio@ameosc.org.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as razões se e por que a microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina é apontada como estagnada, bem como pesquisar seu dinamismo econômico e apontar alternativas através de cenários prospectivos endógenos para acelerar o dinamismo econômico. Para atingir este objetivo, pretende-se: pesquisar e comparar os dados do PIB e do Valor Adicionado disponível da microrregião, correspondente aos períodos de 1991, 1995, 2000 e 2005, mensurando as disparidades do seu dinamismo econômico, intra e inter-regionalmente em Santa Catarina; analisar as atuais tendências de desenvolvimento e crescimento econômico da microrregião e apontar os impactos para o desenvolvimento microrregional; apontar e analisar alternativas viáveis, através de cenários econômicos prospectivos, para acelerar o dinamismo econômico e o desenvolvimento regional do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Valor Agregado, Economia Regional, Crescimento Econômico, Prospecção.

Abstract

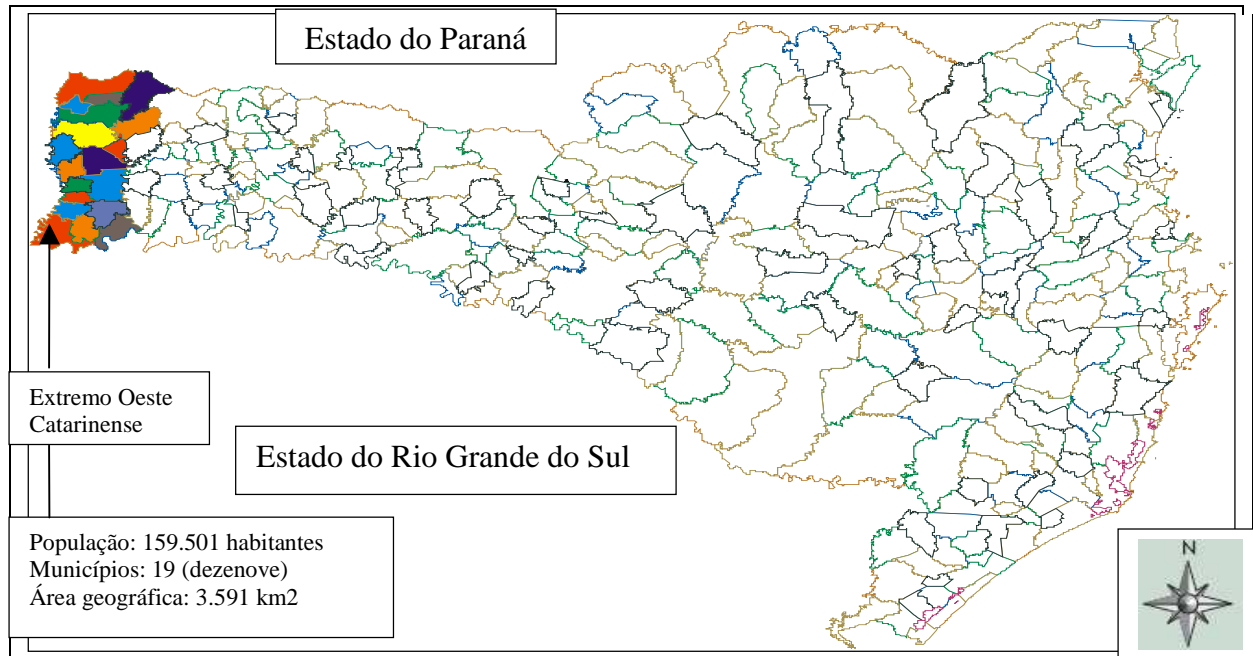
This article has for objective to analyze the reasons if and why the microregion of West Extreme of Santa Catarina is pointed as stagnant, as well as searching its economic dynamism and pointing alternatives through endogenous prospective scenes to speed up the economic dynamism. To reach this objective, it is intended: to search and to compare the datas of the GIP and the Value Added available of the microregion, correspondent to the periods of 1991, 1995, 2000 and 2005, measuring the disparities of its economic dynamism, intra and interregionally in Santa Catarina; to analyze the current trends of development and economic growth of the region and to point the impacts to the microregional development; to point and to analyze viable alternatives, through prospective economic scenes, to speed up the economic dynamism and the regional development of the West Extreme of Santa Catarina.

Keywords: Added Value, Regional Economy, Economic Growth, prospecting.

1 Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar o perfil do desenvolvimento econômico regional da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina e traçar cenários prospectivos no contexto econômico para dinamizar seu crescimento. São relevantes os aspectos econômicos desde sua colonização (idos 1940) até os dias atuais, bem como a análise dos atributos econômicos positivos e negativos ocorridos na região, buscando encontrar parâmetros plausíveis que justifiquem a pecha de região estagnada.

O objeto da pesquisa será a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina¹, que divisa com a República Federativa da Argentina a Oeste, com o Estado do Paraná ao Norte e com o Estado do Rio Grande do Sul ao Sul (Mapa 1). O território compreendido entre os rios Uruguai (divisa com o Rio Grande do Sul), do Antas (divide o Extremo Oeste do Oeste Catarinense) e Peperi-Guaçú (divisa com a República Federativa da Argentina) era, ainda no começo do último século, uma área coberta por densas florestas completamente inexploradas. Aos poucos, porém, vieram colonizadores provindos do Estado do Rio Grande do Sul para explorar estas terras, marcando a microrregião com a diversificação cultural, predominando as etnias alemã e italiana (BREDA, 2001). Inicialmente, a microrregião possuía um sistema produtivo baseado exclusivamente no setor primário, onde quatro de cada cinco pessoas viviam no meio rural. Eram desenvolvidas somente atividades agropecuárias, porém, com tecnologias arcaicas e que sofriam poucas modificações através do tempo. A microrregião passou nos últimos trinta anos por um verdadeiro processo de transformação produtiva e tecnológica.



Fonte: Federação Catarinense de Municípios – FECAM (2007).

Figura 1. Mapa das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina.

¹ O Extremo Oeste de Santa Catarina é composto pelos municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Paraíso, Palma Sola, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

Os municípios da microrregião se desenvolveram através desta atividade, exaurindo as reservas nativas, levando muitas empresas a buscarem novas florestas, transferindo suas plantas industriais, investimentos, reservas financeiras e fontes geradoras de emprego e renda para outras regiões (BREDA, 2001). O desmatamento desordenado, em um solo de baixa fertilidade, raso e topograficamente acidentado, resultou em dificuldades de exploração de culturas economicamente mais rentáveis, principalmente de produção em larga escala. No entanto, o relevo é favorável e propício para a pecuária, principalmente no setor leiteiro, observando-se que a microrregião é uma das maiores produtoras do Estado de Santa Catarina.

2 Revisão da literatura

2.1 O Espaço econômico estagnado

Para Friedmann (1961), um espaço econômico se torna evidente quando se tenta visualizar uma área geográfica cujos limites são definidos por uma maior frequência relativa de transações econômicas internas a ela do que entre ela e outra área. Essas transações são o motor da dinâmica econômica regional. Já para NORTH (1977), as exportações regionais são o fator determinante do crescimento de uma região e de sua interação com o resto do mundo. Sendo assim, para compreender uma região é preciso entender as suas relações com os demais espaços que compõem o território nacional.

Neste sentido, para Ferrera de Lima (2005), o foco de interesse está voltado para os fluxos inter-regionais de produtos e serviços, capital, mão-de-obra e população. No entanto, o ponto de partida para a existência de fluxos comerciais está na especialização regional e na forma como os agentes econômicos se integram na sua lógica de produção.

Atualmente, o Ministério da Integração Nacional - MIN, articula as ações da instituição federal, estadual e local, na implementação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial. O objetivo é buscar a redução das desigualdades regionais e promover a ativação dos potenciais da rica diversidade social, econômica e ambiental do território. O planejamento e a implementação dessas ações são orientados conforme as escalas territoriais nacional, macrorregional, mesorregional, microrregional e intra-urbana. O Ministério da Integração Nacional aponta a microrregião como estagnada, ou seja, uma região sem dinamismo econômico, sem fluxo expressivo de bens, serviços e informações.

2.2 Os Fatores históricos no processo de desenvolvimento

É importante ter claro a diferença entre o que é desenvolvimento e o que significa crescimento. O desenvolvimento está relacionado ao aumento da qualidade do padrão de vida das pessoas, enquanto que o crescimento corresponde a níveis quantitativos de renda. Pereira (2003), define desenvolvimento como sendo um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. O processo de desenvolvimento econômico é caracterizado por uma transformação essencial nas estruturas das regiões. Em contrapartida, esta transformação não é a mesma nas regiões, geralmente produzindo polarizações e dividindo as regiões menos ou mais avançadas. Hirschman (1964) e Ferrera de Lima (2005) crêem que esta seqüência de acontecimentos

e as mudanças que geram não são equilibradas, pois cada progresso na seqüência é induzido por um desequilíbrio anterior que provoca um novo desequilíbrio. Assim, o processo de desenvolvimento econômico, pelo seu carácter desequilibrado, torna-se heterogêneo regionalmente. Este desequilíbrio é caracterizado pelos diferentes níveis de crescimento dos setores econômicos e os diferentes graus de progresso das regiões.

Para Ferrera de Lima (2005), os elementos históricos que alteram as estruturas produtivas regionais vão tornar possível a difusão espacial do desenvolvimento para as regiões periféricas. Nestes elementos, por exemplo, as condições de conquista dos territórios, a forma de ocupação da terra, os conflitos, a ação governamental, a utilização do excedente (exportação ou consumo local), estimularão o arranque, ou o atraso, do processo de desenvolvimento econômico. As regiões devem especializar-se nas atividades que dominam, ou seja, especializarem-se onde forem mais competitivas. No entanto, as vantagens não surgem ao acaso, pois as aptidões regionais se formam a partir de seqüência de mudanças na estrutura produtiva.

A ativação do desenvolvimento econômico depende da capacidade da população de separar do consumo uma fração adequada de seus ingressos ou rendimentos, para destiná-los à criação de capital. Em relação a este problema, tem-se popularizado a metáfora do círculo vicioso da pobreza, ou seja, rendimento baixo, poupança baixa, produtividade baixa, rendimentos baixos, etc. Em resumo, são pobres porque são pobres (CRUZ, 2006).

O processo não foi capaz de modernizar, no mesmo ritmo, a agricultura atrasada, exacerbando as diferenças de produtividade e de renda. Furtado (2004) conclui que passaram mais de vinte anos de crescimento econômico medíocre, queda de nível de investimentos, crescente fragmentação da estrutura produtiva, baixa competitividade nas exportações, defasagem tecnológica e deficiências crescentes na infra-estrutura que ocasionaram a estagnação econômica brasileira. Por isso, as estratégias de desenvolvimento devem ser adequadas à realidade regional.

2.3 Estratégias de desenvolvimento

Aspectos trazidos pelas novas abordagens na economia regional está na recuperação vigorosa das noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico. Conforme Amaral Filho (2001), significa dizer que o passado influencia o presente e este, o futuro (intertemporalidade), que as propriedades do tempo zero não coincidem com as propriedades do tempo um, e assim sucessivamente (irreversibilidade), de tal forma que a situação de equilíbrio no tempo zero dificilmente será recuperada no tempo um, tal como preconizado por Schumpeter (1982).

As primeiras tentativas de tornar certas distâncias relativas às excessivas simplificações do paradigma do modelo de crescimento, segundo Hirschman (1985), buscaram uma forma de tornar evidente que a quantidade de investimento dependia não só do total da renda acumulada no período precedente, mas também da forma de distribuição dessa renda – fluxo de renda agregada, acúmulo de capital. Ou seja, quanto maior fosse o capital-intensivo do novo tipo de produção, maior seria a participação nos lucros, no fluxo de renda decorrente e, por isso, a taxa de re-investimento dos lucros no período subsequente seria mais elevada.

Segundo Hirschman (1985), o conceito de efeito em cadeia foi vulgarizado tendo como referência indústria e a industrialização, pois era possível conceber efeitos em cadeia de variedade e profundidade, consideráveis tanto no sentido retroativo quanto prospectivo. O conceito também teve aplicações proveitosas na produção primária, tendo íntima conexão com a tese do produto primário de exportação. Esta tese tem tentado demonstrar como o crescimento econômico de um país novo é moldado de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam para mercados internacionais.

Ao avaliar os prospectos de desenvolvimento de um país é, obviamente, mais revelador saber que seu produto primário de exportação é o centro de uma constelação de efeitos de repercussão em cadeia, do que a informação de que o produto primário é um produto agrícola tropical. É possível traduzir informação de ordem técnica em linguagem, que se refere diretamente às possibilidades de desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1985).

2.4 Regiões de aprendizagem (*learning-regions*)

Por terem uma dimensão menor, as regiões conseguem coordenar melhor os seus esforços e ser mais flexíveis que as instâncias nacionais de maior dimensão, na criação de novas soluções para enfrentar os problemas que vão surgindo no dia-a-dia. Mesmo nas regiões mais receptivas à inovação, o progresso só poderá ser alcançado se existirem pessoas ou instituições inovadoras que tomem a iniciativa de apresentar novas idéias e que facilitem a cooperação entre todos os agentes da região. Uma região em aprendizagem tem esta característica que a distingue de outras regiões: a cooperação entre vários agentes (instituições de educação, organismos de investigação e desenvolvimento, entidades reguladoras, empresas e organizações não governamentais – sociedade civil) num processo de aprendizado coletivo, tendo em vista a procura de soluções e o desenvolvimento de novos conhecimentos para atender as necessidades locais/regionais. Uma região em aprendizagem assenta na convergência voluntária de diversas fontes de saber e conhecimentos técnicos para alcançar um objetivo comum. Numa situação ideal, um projeto desenvolvido no âmbito de uma região em aprendizagem, procura alcançar objetivos econômicos e sociais de uma forma integrada, proporcionando um quadro de cooperação prática (WENGER, 1999).

Quanto maior for a velocidade das mudanças e o nível de globalização da economia, maior será a necessidade de planejar. Planejar é a forma mais racional e eficaz de se antecipar às mudanças e se preparar para enfrentar eventuais dificuldades, problemas ou ameaças, além de otimizar a aplicação de esforços e recursos em prol do futuro desejado. O planejamento é a ferramenta e a técnica de gerenciamento para atingir os objetivos desejados por qualquer organização. Sempre que houver planejamento, tem-se em mente a existência de objetivos identificados e definidos. No contexto da Nova Economia Institucional, o planejamento adquire papel importante e fará a diferença para as regiões que implementam com agilidade, inovação e competência (ROCHA JUNIOR, 2005).

2.5 Planejamento regional

Buarque (2002) define o planejamento como um processo de decisão, tecnicamente fundamentado e politicamente sustentado. Este processo cobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental. O planejamento contribui para a construção de um projeto de sociedade, pois mobiliza os atores sociais e organiza as ações convergentes dos diversos agentes, de modo a implementar as transformações na realidade que preparam o futuro desejado.

Para Souza (1994), o Planejamento é a utilização de técnicas administrativas para ordenar as idéias, de forma que se possa criar uma visão da estratégia que se pretende seguir. Desse modo, a implementação do plano estratégico para a região é o ordenamento das idéias e ações. A ênfase política parece ainda mais premente no caso das regiões em desenvolvimento, principalmente pela distribuição altamente desigual de poder, levando os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento para uma postura pró-ativa, desempenhando papéis previamente estabelecidos, através das redes de relacionamento. Adotando esta ênfase política, a participação democrática torna-se peça fundamental e indispensável para o planejamento. O planejamento não deve ser compreendido apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também conduzido por ela.

2.6 Cenários estratégicos prospectivos de desenvolvimento

Para entender melhor a visão prospectiva, é interessante observar que o desejo de conhecer o futuro existe desde o início da humanidade. Para Schwartz (1996), os sacerdotes foram os primeiros futurólogos da humanidade, pois entenderam o significado de elementos predeterminados e de incertezas críticas. Para Marcial & Grumbach (2006), somente a partir do pós-guerra, os especialistas em planejamento tentaram impor suas técnicas, baseados em modelos para a elaboração dos planejamentos governamentais de médio e longo prazo. Apesar das preocupações em evitar uma catástrofe mundial, dois foram os fatores conjunturais e principais motivadores do surgimento de novas metodologias que viabilizassem um melhor planejamento estratégico: a Guerra Fria e a reconstrução da Europa. Estes acontecimentos fundamentaram os primeiros trabalhos e estudos prospectivos, pois incutiram um sentimento de incerteza na humanidade.

Para Rocha Júnior (2005), a incerteza relaciona-se com a imprevisibilidade das atitudes posteriores dos agentes econômicos que ocorrem após a transação, de forma a não permitir que se calcule/precise o que acontecerá no futuro. Para operar num mundo incerto, segundo Schwarz (2004), é necessário re-perceber e questionar suposições. A metodologia de cenários serve não apenas para se chegar a um resultado, mas possibilita desenvolver novos conhecimentos e aprimorar as percepções mediante o processo. O propósito dos cenários é mudar a visão da realidade, para combiná-la mais intimamente com a realidade como ela é e como ela será. O resultado final é melhores decisões sobre o futuro, baseados em cenários. O resultado final, entretanto, não será uma fotografia precisa do amanhã e, sim, melhores decisões sobre o futuro.

Neste sentido, o cenário prospectivo se propõe a iluminar as escolhas do presente à luz dos possíveis futuros. Uma boa prospectiva não é, necessariamente, aquela que se

realiza, mas a que conduz a uma ação, evita os perigos futuros e atinge o objetivo desejado.

Os cenários prospectivos manipulam dois elementos: o dos fatos e o das percepções. Exploram fatos, mas indicam as percepções daqueles que tem a responsabilidade de tomar decisões. Seu objetivo é reunir e transformar informações que tem importância estratégica em novas percepções. Pressupõe-se, nesse processo de transformação, que informação séria é apresentada em tabelas, números ou gráficos (MARCIAL & GRUMBACK, 2006).

3 Procedimentos metodológicos

Para elaborar uma pesquisa, parte-se do princípio de que um cenário possui diversas características, sendo a visão plural do futuro a mais importante. A definição mais abrangente é de GODET (1987), para quem o cenário é o conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura. Os cenários terão como foco assuntos e informações de grande importância para os tomadores de decisões, assim como os elementos previsíveis e imprevisíveis do ambiente que afetam o sistema em que a região está inserida. Permitirão a identificação de oportunidades e ameaças na região, promovendo o desenvolvimento e a análise de novas opções de futuro, frente a mudanças no ambiente externo.

Para a estimativa do cenário prospectivo da dinâmica econômica regional até 2025 foi utilizado o seguinte procedimento: de posse dos dados reais do PIB e VA dos municípios, projetou-se a Taxa Geométrica de Crescimento – TGC, que é o percentual médio anual de crescimento da economia dos municípios, da microrregião e do Estado. O valor da TGC refere-se à média anual obtida para um período, compreendida entre dois momentos e indica o ritmo de crescimento de sua economia. Utiliza-se para analisar variações, realizar estimativas, projeções e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas econômicas. As estimativas de crescimento são realizadas pelo método geométrico.

Sendo assim, dados econômicos do Valor Adicionado e Produto Interno Bruto dos dezenove municípios da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, farão parte da pesquisa, no intuito de averiguar se realmente a microrregião é ou está estagnada, como apontam alguns órgãos oficiais governamentais, a exemplo do Ministério da Integração Nacional.

4 Análise dos dados

4.1 A tendência do crescimento do PIB regional

Na análise dos dados do Produto Interno Bruto (PIB), que fornecem um panorama do dinamismo econômico regional, observam-se municípios com ótimo desempenho econômico, enquanto outros enfrentam dificuldades e possuem baixa capacidade de crescimento. Nesta análise, dados econômicos atuais e prospectado o futuro foram pesquisados, vislumbrando como estarão os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina em 2025.

A prospecção foi anual. No entanto, deu-se apenas destaque aos dados dos anos de 2010, 2015, 2020 e 2025, facilitando a visualização, tabulação, expressão gráfica e posterior análise dos dados. Destaca-se que a formatação utilizada é a média de crescimento individual de cada município, relativo ao período anterior, ou seja, de 1998 a 2005, que são dados reais, prospectando, a partir destes, os anos requeridos. A margem de erro ficou abaixo de 5%, tendo em vista que, a partir de 2000, os municípios investiram na formação de capital social e instalação de novas empresas, o que causou, e poderá causar ainda, impacto positivo no PIB. A primeira análise será a evolução do PIB a preço de mercado.

Inicialmente, constata-se na Tabela 1 que a microrregião terá, no período de 1998-2025, uma taxa geométrica de crescimento (TGC) equivalente a 15,17%, ou seja, passará de um PIB total microrregional de R\$ 740.110.000,00 para R\$ 4.955.640.000,00. Essas estimativas confirmam a existência de crescimento e dinamismo econômico na região. Nesta perspectiva, a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina terá uma evolução econômica de seu PIB, equivalente a R\$ 4.215.530.000,00 no período ou R\$ 150.554.643,00 anual. Nesta prospecção, o município de Itapiranga passa, em volume numérico, o município de São Miguel do Oeste, no ano de 2020. Observa-se, com destaque, que Tunápolis tinha um PIB inferior a Guarujá do Sul em 1998, porém, ao longo do período, reverte esta situação e, na prospecção em 2025, terá praticamente o dobro.

Tabela 1. Cenário Prospectivo de Expansão do PIBpm do EOOSC – 1998/2025 (milhões R\$).

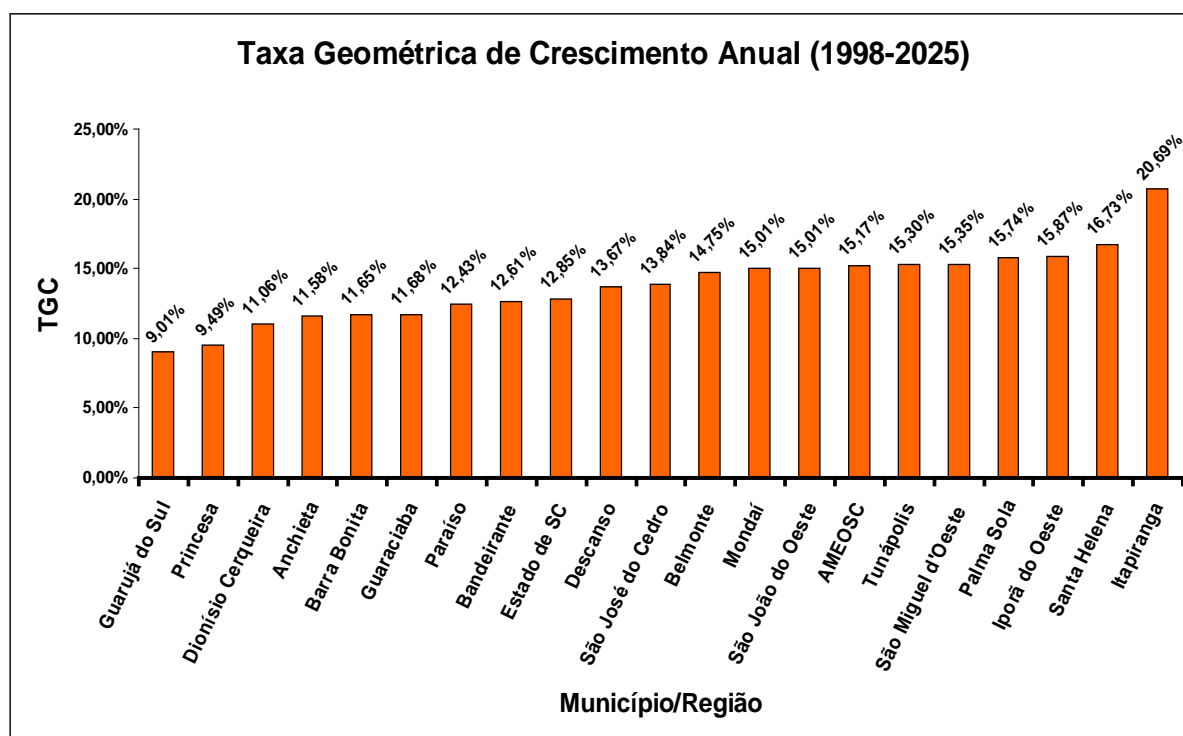
Municípios	Cenários Prospectivos para a Expansão do PIB do EOC (1998-2004) "NORMAL"							TGC Exp (β) - 1
	1998	1999	2000	2005	2010	2015	2020	
São Miguel d'Oeste	173,60	169,60	204,66	396,12	577,98	759,85	941,72	15,35%
Itapiranga	119,16	123,58	159,66	367,37	559,75	752,14	944,52	20,69%
São José do Cedro	55,19	63,78	78,99	131,19	186,02	240,84	295,67	13,84%
Mondai	44,04	44,84	65,74	106,35	153,15	199,95	246,75	15,01%
Guaraciaba	41,39	49,98	54,88	88,77	122,21	155,65	189,09	11,68%
Descanso	38,00	41,56	50,26	86,18	122,39	158,59	194,80	13,67%
Dionísio Cerqueira	40,68	43,39	49,44	79,38	108,56	137,74	166,92	11,06%
Iporã do Oeste	33,07	37,88	45,12	85,47	124,20	162,94	201,67	15,87%
Palma Sola	30,27	35,63	40,88	76,68	112,23	147,78	183,33	15,74%
São João do Oeste	32,71	33,04	42,96	78,02	112,03	146,03	180,04	15,01%
Anchieta	24,32	28,33	33,28	51,03	70,35	89,67	108,99	11,58%
Tunápolis	21,96	23,91	31,17	54,53	78,65	102,77	126,89	15,30%
Guarujá do Sul	24,35	22,31	23,55	38,29	50,92	63,54	76,17	9,01%
Paraíso	16,72	18,47	21,59	35,33	49,56	63,79	78,02	12,43%
Santa Helena	9,19	10,77	13,63	25,09	36,85	48,61	60,38	16,73%
Belmonte	9,19	10,34	12,13	21,80	31,81	41,81	51,82	14,75%

Continuação...

Municípios	VALORES				PREVISÃO			TGC Exp (β) - 1
	1998	1999	2000	2005	2010	2015	2020	
Bandeirante	9,12	10,53	10,95	19,39	27,39	35,39	43,38	12,61%
Princesa	9,45	10,64	12,94	17,90	23,73	29,57	35,40	9,49%
Barra Bonita	7,71	9,02	10,41	16,22	22,46	28,69	34,93	11,65%
TOTAL	740,11	787,60	962,25	1775,10	2570,24	3365,37	4160,51	15,17%
Variação %	-	6,42%	22,17%	9,33%	44,79%	30,94%	23,63%	
Estado de SC	32.434	35.682	42.428	70.727	99.168	127.608	156.049	12,85%
Variação %	-	10,01%	18,91%	9,31%	40,21%	28,68%	22,29%	

Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados do IPEA (2007).

No Gráfico 1, apresenta-se a taxa geométrica anual de crescimento do PIB dos municípios, permitindo uma análise comparativa com o Estado de Santa Catarina e a média microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, no período de 1998-2025.



Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados do IPEA (2007).

Gráfico 1. Tendência de Expansão do PIB dos municípios do EOSC.

Observa-se que apenas o município de Itapiranga apresenta uma tendência de desempenho econômico positivo, quando prospectada a taxa geométrica de crescimento do PIB a preço de mercado, gerando praticamente um ponto discrepante em relação aos

demais municípios, ultrapassando o município de São Miguel do Oeste que também tem um ótimo dinamismo em volume financeiro, no entanto, em termos relativos, deixa a desejar. Os demais municípios apresentam um desempenho bastante idêntico, conforme se observa no Gráfico 1 e 2. Os dados reais apontam São Miguel do Oeste na frente de Itapiranga em 1998, isto porque São Miguel do Oeste tem um PIB de R\$ 173,60 milhões, enquanto Itapiranga tem um PIB de R\$ 119,16 milhões, porém, ao longo do período apurado, quase se igualam economicamente. No entanto, o desempenho econômico de Itapiranga é maior, fazendo com que, quando prospectados, a TGC seja maior, ensejando um dinamismo maior, ultrapassando o volume financeiro total de São Miguel do Oeste em 2020.

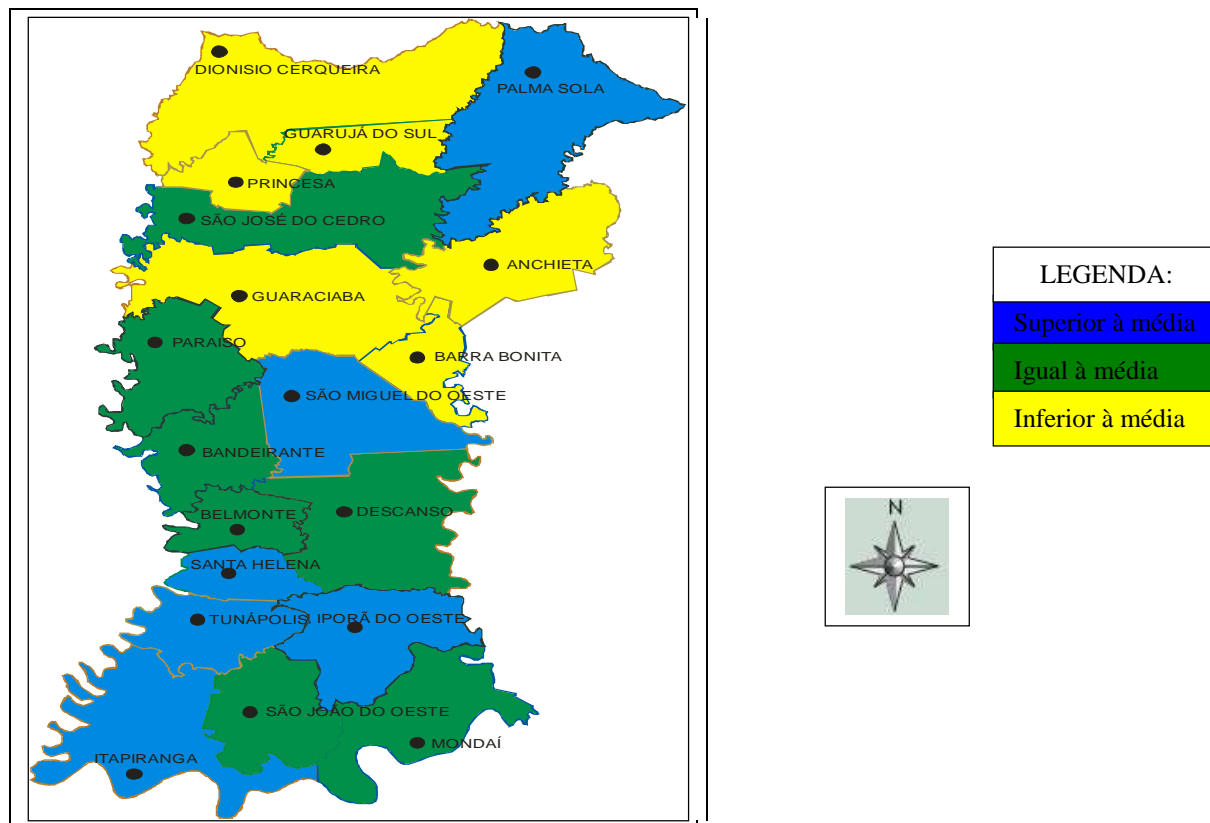
Outro aspecto que pode ser observado, quando se cria cenários prospectivos, é de que, se separada a microrregião por municípios com maior e menor dinamismo, percebe-se que existe uma tendência de convergência entre crescimento e riqueza por um lado (sul) e de pouco dinamismo e pobreza por outro lado (norte), destacando-se alguns pontos isolados, que fogem desta característica. Os municípios de Itapiranga, Santa Helena, Iporã do Oeste, Palma Sola, São Miguel do Oeste e Tunápolis, têm tendência de ampliação de dinamismo e riqueza. Já os municípios de Guaraciaba, Barra Bonita, Anchieta, Dionísio Cerqueira, Princesa e Guarujá do Sul, têm tendência de ampliação de sua pobreza, ou seja, não conseguirão, em termos relativos, o crescimento econômico eqüitativo proporcionado no primeiro grupo. Ainda há os municípios com um desempenho médio e que deverão estar crescendo de forma muito parecida com a média microrregional, ou seja: Mondaí, São João do Oeste, Belmonte, São José do Cedro, Descanso, Bandeirante e Paraíso.

Esta informação se confirma quando calculado quanto cada município terá de incremento no PIB, no período de 1998 a 2025. Constatou-se que o Estado de Santa Catarina crescerá 5,7 vezes e a média microrregional do Extremo Oeste será de 6,7 vezes, confirmando-se que, na média, existe dinamismo na mesma. Calculou-se, ainda, o crescimento individual dos Municípios: Itapiranga = 9,5 vezes; Santa Helena = 7,8 vezes; Iporã do Oeste = 7,3 vezes; Palma Sola = 7,3 vezes; Tunápolis = 6,9 vezes; Belmonte = 6,7 vezes; Mondaí = 6,7 vezes; São Miguel do Oeste = 6,5 vezes; São João do Oeste = 6,5 vezes; São José do Cedro = 6,4 vezes; Descanso = 6,1 vezes; Bandeirante = 5,6 vezes; Paraíso = 5,5 vezes; Guaraciaba = 5,4 vezes; Barra Bonita = 5,3 vezes; Anchieta = 5,3 vezes; Dionísio Cerqueira = 4,8 vezes; Princesa = 4,4 vezes e Guarujá do Sul = 3,6 vezes.

Nesta análise, confirma-se que a tendência do processo de desenvolvimento econômico é caracterizada por uma transformação essencial nas estruturas das regiões, não sendo na mesma intensidade, geralmente produzindo polarizações e dividindo as regiões menos e mais avançadas, ampliando as diferenças intermunicipais, confirmando a teoria de HIRSCHMANN (1964) e FERRERA DE LIMA (2005).

Na Figura 2, que compreende o período de 1998 a 2025, apresenta-se o perfil de crescimento econômico dos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, separando-os por níveis de desempenho estimado e prospectado até 2025. Neste Mapa, foram separados os municípios com uma taxa geométrica de crescimento superior à média de 15,17% (azul), que são: Itapiranga, Santa Helena, Iporã do Oeste, Palma Sola, São Miguel do Oeste e Tunápolis; os municípios com desempenho igual ou idêntico à média (verde), que são: Mondaí, São João do Oeste, Belmonte, São José do Cedro, Descanso, Bandeirante e Paraíso; bem como os municípios com desempenho inferior à média

projetada para 2025 (amarela), que são: Guaraciaba, Barra Bonita, Anchieta, Dionísio Cerqueira, Princesa, Guarujá do Sul. Percebe-se, ainda, que os municípios vizinhos têm sempre alguma identidade em comum, ou seja, na maioria das situações estão dispostos em grupos de três ou quatro municípios com as mesmas características econômicas, com algumas exceções de pontos isolados.



Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

Figura 2. Perfil do crescimento do PIB dos municípios do EOSC até 2025.

Outra análise e elemento significativo no desempenho do conjunto dos municípios é o distanciamento entre os municípios de ponta (pólos), ou centro econômico, em relação aos periféricos. Observa-se que as transformações estruturais na microrregião do Extremo Oeste de SC reforçam a desigualdade regional. O município de Itapiranga, por exemplo, crescerá 5,52% a mais em relação à microrregião e o município de Santa Helena o equivalente a 1,56% além do crescimento da microrregião. Enquanto isso, os municípios periféricos de Princesa e Guarujá do Sul terão uma perda de dinamismo econômico em relação à média microrregional na ordem de 5,68% e 6,16%, respectivamente. Wenger (1999) explica que existem razões que levam determinados municípios a se desenvolver e evoluir, enquanto outras permanecem estagnadas. Significa dizer que determinados municípios conseguem inovar porque tem uma capacidade ecletiva para aprender a desenvolver novos conhecimentos e possuem um *know-how* prático. Fica claro que não será possível reverter esta situação sem o uso de políticas públicas sérias e adequadas.

4.2 A Tendência do crescimento do valor adicionado regional

Na análise dos dados do Valor Adicionado (VA), que fornecem um panorama do dinamismo econômico microrregional, observa-se municípios com ótimo desempenho econômico, enquanto outros enfrentam dificuldades e possuem baixa capacidade de crescimento. Nesta análise, buscaram-se dados econômicos atuais e prospectar o futuro, vislumbrando como estarão os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina em 2025.

A prospecção foi anual, no entanto, deu-se destaque aos anos de 2010, 2015, 2020 e 2025, facilitando a visualização, tabulação, expressão gráfica e posterior análise dos dados. Destaca-se que a formatação utilizada é a média de crescimento individual de cada município, relativo ao período anterior, ou seja, de 1994 a 2005, que são dados reais, prospectando, a partir destes, os anos requeridos.

Passa-se à análise da Tabela 2, que trata dos cenários prospectos quanto à expansão do Valor Adicionado do Extremo Oeste Santa Catarina, dados estes que serão analisados a seguir. Constata-se, nesta tabela, que o Valor Adicionado Fiscal da microrregião terá uma taxa geométrica de crescimento econômico entre 1994 a 2025, equivalente a 15,43%, ou seja, passará de um valor adicionado total microrregional de R\$ 252.001.101,00 para R\$ 2.860.360.577,00, demonstrando uma tendência de crescimento e dinamismo na mesma, refutando a hipótese de região estagnada, conforme apresentado no Mapa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Tabela 2. Tendência Cenário Prospectivo da Expansão do VA do EOOSC.

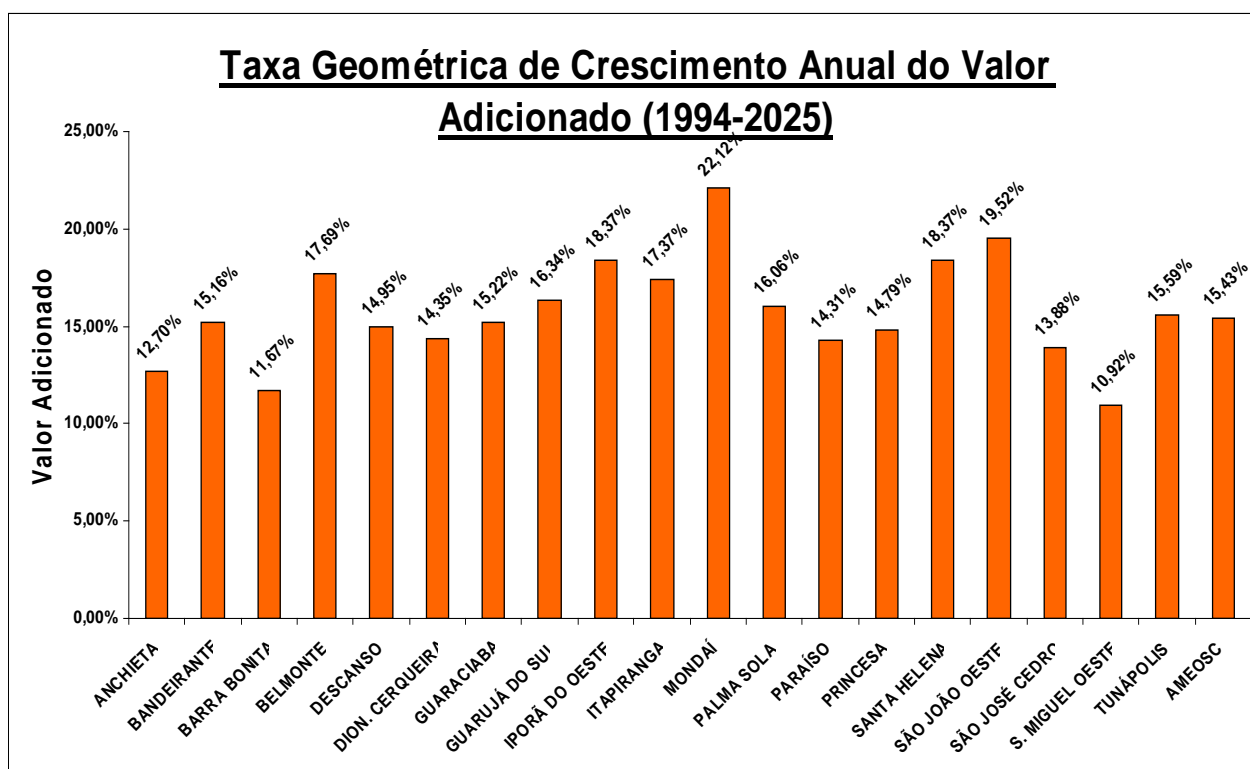
MUNICÍPIO	VALORES MILHÕES R\$						TGC	
	PREVISÃO						Exp (β) - 1	
	1995	2000	2005	2010	2015	2020		2025
1	6	11	16	21	26			
Anchieta	7.655	13.343	25.492	32.006	40.529	49.051	57.573	12,70%
Bandeirante	4.024	4.890	13.022	15.872	20.482	25.091	29.701	15,16%
Barra Bonita	3.251	3.665	8.229	9.389	11.855	14.321	16.787	11,67%
Belmonte	2.381	5.002	14.659	18.307	23.867	29.426	34.985	17,69%
Descanso	17.722	30.856	64.576	85.611	109.897	134.182	158.467	14,95%
Dion. Cerqueira	10.851	20.810	48.110	63.090	80.410	97.731	115.051	14,35%
Guaraciaba	18.501	30.074	67.475	87.109	112.199	137.290	162.380	15,22%
Guarujá Do Sul	6.458	11.138	29.973	39.227	50.734	62.241	73.749	16,34%
Iporã Do Oeste	13.003	26.635	80.047	100.662	131.516	162.370	193.224	18,37%
Itapiranga	50.051	73.186	222.568	298.123	388.927	479.731	570.535	17,37%
Mondaí	14.548	30.052	93.810	125.533	165.940	206.347	246.753	22,12%
Palma Sola	10.053	22.204	57.680	72.165	93.055	113.946	134.837	16,06%
Paraíso	5.061	7.233	17.652	22.632	29.107	35.582	42.057	14,31%
Princesa	3.102	6.489	12.517	15.480	19.852	24.223	28.595	14,79%
Santa Helena	3.378	5.960	16.149	20.684	26.963	33.242	39.520	18,37%
São João Oeste	16.706	29.803	85.319	114.715	150.262	185.809	221.357	19,52%

Continuação...

MUNICÍPIO	VALORES MILHÕES R\$							TGC Exp (β) - 1
	PREVISÃO							
	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025	
	1	6	11	16	21	26		
São José Cedro	20.859	34.251	79.798	100.489	128.702	156.916	185.129	13,88%
S. Miguel Oeste	71.766	78.296	207.589	243.127	306.553	369.979	433.404	10,92%
Tunápolis	12.949	21.627	38.932	62.219	80.228	98.237	116.247	15,59%
TOTAL AMEOSC	292.328	455.522	1.183.606	1.526.451	1.971.087	2.415.724	2.860.360	15,43%

Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados da Secretaria de Estado da Fazenda (2007).

No Gráfico 2, apresenta-se a taxa geométrica anual de crescimento do VA dos municípios, permitindo um análise comparativa com a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, no período de 1998-2025.



Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados da Secretaria de Estado da Fazenda (2007).

Gráfico 2. Cenário Prospectivo do Valor Adicionado nos municípios do EOSC.

No Gráfico 2, quando tratado o VA numérico individual dos municípios, confirmam-se os dois pontos discrepantes, ou seja, o volume total de VA é mais expressivo nos municípios de Itapiranga e São Miguel do Oeste, sendo este último ultrapassado em valor numérico de VA pelo município de Itapiranga, em 2001. No contexto destes dois municípios, o que se observa é de que será muito difícil São Miguel do Oeste, como

cidade pólo do Extremo Oeste, reverter esta tendência. Se observada a Taxa Geométrica de Crescimento, confirma-se esta afirmativa, ou seja, Itapiranga tem uma TGC de 17,37%, enquanto São Miguel do Oeste tem uma TGC de 10,92%, sendo a menor de toda a microrregião. Itapiranga confirma esta dianteira e se manterá à frente em volume total de VA até 2025 e, provavelmente, por um período ainda maior.

Outro aspecto que pode ser observado é de que, se separada a microrregião por municípios com maior e menor VA, confirma-se a tendência de convergência entre crescimento e riqueza por um lado (sul) e de pouco dinamismo e pobreza por outro lado (norte), destacando-se raros pontos isolados, que fogem desta característica. Os municípios de Mondaí, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Santa Helena, Belmonte e Itapiranga, têm tendência de ampliação de dinamismo e riqueza. Já os municípios de Dionísio Cerqueira, Paraíso, São José do Cedro, Anchieta, Barra Bonita e São Miguel do Oeste, têm tendência de não acompanhar o dinamismo econômico, ou seja, não conseguirão, em termos relativos, o crescimento econômico equitativo proporcionado no primeiro grupo. Confirma-se esta informação quando calculado quantas vezes cada município terá de incremento em seu VA no período de 1994 a 2025. Constatou-se que a microrregional terá um incremento médio no VA de 11,4 vezes, confirmando-se que, na média, existe dinamismo na mesma. Calculou-se ainda o crescimento do VA individual dos Municípios: Mondaí = 22,5 vezes; São João do Oeste = 19,9 vezes; Itapiranga = 15,1 vezes; Santa Helena = 14,7 vezes; Guarujá do Sul = 14,3 vezes; Iporã do Oeste = 14,0 vezes; Belmonte = 13,9 vezes; Palma Sola = 11,7 vezes; Tunápolis = 11,7 vezes; Guaraciaba = 11,7 vezes; Descanso = 11,0 vezes; Dionísio Cerqueira = 10,3 vezes; Princesa = 10,2 vezes; Paraíso = 9,5 vezes; São José do Cedro = 9,3 vezes; Bandeirante = 9,2 vezes; Anchieta = 9,0 vezes; São Miguel do Oeste = 6,4 vezes e Barra Bonita = 6,3 vezes.

4.3 Tendência de crescimento do valor adicionado setorial

Neste subitem, apresentam-se as tendências de crescimento do VA setorial, ou seja, trata da agropecuária, da indústria e dos serviços, no qual será possível ver as características de cada município do Extremo Oeste de Santa Catarina.

No mundo moderno ou desenvolvido, o setor terciário é o de destaque, porém, de fácil sonegação e difícil mensuração, conforme foi apurado. Está-se permeando o limite entre o ideal e o correto, pois se o ideal fosse os municípios deslocarem suas atividades para o setor terciário, seria correto afirmar que a fiscalização ainda seria incipiente e ineficaz neste setor. O sistema de arrecadação brasileiro é gigante e eficiente nos setores primário e secundário, mas no setor terciário é precário. O prestador de serviços e o repassador de mercadorias encontram formas constantes de camuflagem em suas relações comerciais, ou de compra direta no Cadastro de Pessoa Física – CPF do consumidor final, ou com emissão de nota ou cupom fiscal com valor inferior ao do efetivamente comercializado ou do serviço prestado.

Quando se observa o PIB e o VA dos países, não é diferente. Quanto mais estiverem no setor terciário, mais desenvolvido. Quanto mais no setor secundário, mais em vias de desenvolvimento e, quanto mais no setor primário, mais subdesenvolvido. Um contraponto que pode ser criado é de que há setores primários e secundários altamente tecnificados e desenvolvidos que levam riqueza e qualidade de vida para as pessoas.

Na Tabela 3 observa-se o VA dos municípios, no setor agropecuário, indústria e comércio, nos períodos de 1998, 2000 e 2004, que será analisado a seguir. Esta tabela setorializada talvez seja a mais importante, tendo em vista o desempenho dissociado dos setores. Percebe-se que o município de São Miguel do Oeste se destaca no setor secundário, com um forte direcionamento ao terciário. Já o município de Itapiranga apresenta em equilíbrio entre primário e secundário, enquanto São José do Cedro apresenta um equilíbrio entre os três setores. O município de Mondaí apresenta um equilíbrio entre primário e secundário, porém com um setor terciário interessante. No município de Iporã do Oeste, o destaque é para o primário com passagem direta para o terciário, sendo o mesmo caso do município de Descanso, onde o setor secundário não é representativo. No município de Palma Sola o destaque está no setor primário, com um equilíbrio absoluto nos setores secundários e terciários. No município de Guaraciaba destaca-se o setor primário, seguido pelo setor terciário e pouco expressivo o secundário. No município de São João do Oeste também o destaque vai ao setor primário, seguido do setor terciário e baixo setor secundário. Já no município de Dionísio Cerqueira, o destaque vai para o setor terciário, seguido do setor primário e baixo setor secundário. Nos municípios de Tunápolis, Anchieta, Paraíso, Guarujá do Sul, Santa Helena, Belmonte, Bandeirante, Princesa e Barra Bonita o destaque vai para o setor primário, seguido do terciário e por último o setor secundário.

Tabela 3. Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria e Serviços, dos Municípios do EOOSC.

Nome do município	1998			2000			2004		
	Agropecuária R\$ milhões	Indústria R\$ milhões	Serviços R\$ milhões	Agropecuária R\$ milhões	Indústria R\$ milhões	Serviços R\$ milhões	Agropecuária R\$ milhões	Indústria R\$ milhões	Serviços R\$ milhões
Total do EOOSC	265,43	200,11	271,2	384,43	259,04	309,19	621,37	552,75	454,74
São Miguel do Oeste	13,01	82,05	75,38	19,10	94,76	86,53	39,91	207,23	127,73
Itapiranga	33,62	57,24	29,16	48,14	77,37	33,81	114,47	167,22	51,46
São José do Cedro	24,28	9,34	22,63	35,76	16,31	26,57	47,09	37,18	36,46
Mondai	19,96	7,38	13,68	30,81	15,44	16,95	32,50	41,47	22,37
Iporã do Oeste	18,22	3,08	12,16	26,88	4,68	13,62	44,30	9,40	20,19
Descanso	19,78	4,32	14,47	27,31	6,13	16,79	44,55	11,34	22,69
Palma Sola	13,63	5,33	12,06	18,93	8,91	12,94	32,99	19,55	19,28
Guaraciaba	21,48	4,84	15,32	30,94	6,71	16,99	47,79	11,86	21,40
São João do Oeste	18,72	5,06	8,52	28,69	4,78	9,22	45,44	7,29	14,59
Dionísio Cerqueira	13,14	6,00	21,31	17,60	6,79	24,27	27,83	10,05	35,66
Tunápolis	13,47	1,57	6,86	20,26	3,02	7,75	33,01	2,86	10,18
Anchieta	11,82	3,02	9,81	17,32	4,91	11,08	22,98	9,34	16,23
Paraíso	10,44	0,68	5,58	14,30	0,89	6,33	18,77	1,89	13,21
Guarujá do Sul	7,27	8,30	8,22	10,25	5,06	7,94	13,20	8,32	13,15
Santa Helena	5,09	0,67	3,36	8,02	1,46	4,01	11,31	3,86	7,84
Belmonte	4,74	0,73	3,70	7,00	0,81	4,30	12,90	1,40	7,41
Bandeirante	5,48	0,20	3,42	7,03	0,25	3,65	12,14	0,66	5,43
Princesa	6,38	0,17	2,90	9,18	0,38	3,37	10,42	1,11	5,05
Barra Bonita	4,90	0,13	2,66	6,91	0,38	3,07	9,77	0,72	4,41

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE (2007).

Paralelo às informações acima, está a Tabela 4, que trata do número de estabelecimentos industriais nos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, compreendido entre o período de 1996 e 2003. Percebe-se que a microrregião do Extremo Oeste teve, neste período, um aumento de 155 novas indústrias, sendo 25 em São Miguel do Oeste, 22 em Itapiranga, 16 em São José do Cedro e Guarujá do Sul, 14 em Guaraciaba e Iporã do Oeste, 10 em Princesa, 8 em Anchieta e Mondaí, 6 em Descanso e São João do Oeste, 5 em Santa Helena, 3 em Dionísio Cerqueira e Barra Bonita, 2 em Bandeirante, nenhuma nova em Tunápolis, Belmonte e Paraíso, e a perda de 3 em Palma Sola.

Tabela 4. Número de estabelecimentos industriais nos municípios do EOOSC.

Município	Estabelecimentos				
	1996	2000	2003	Crescimento numérico	Crescimento Proporcional
Santa Catarina	18.015	22.399	24.506	6.591	36,03%
Extremo Oeste SC	507	625	662	155	30,57%
Princesa	1	8	11	10	1.000,00%
Barra Bonita	1	2	4	3	300,00%
Bandeirante	1	3	3	2	200,00%
Santa Helena	5	7	10	5	100,00%
Guarujá do Sul	23	26	39	16	69,57%
Itapiranga	44	58	66	22	50,00%
Iporã do Oeste	31	45	45	14	45,16%
Mondai	18	23	26	8	44,45%
Anchieta	23	28	31	8	34,78%
São João do Oeste	18	21	24	6	33,33%
Guaraciaba	45	55	59	14	31,11%
Descanso	22	32	28	6	27,27%
São José do Cedro	69	81	85	16	23,19%
São Miguel do Oeste	144	174	169	25	17,36%
Dionísio Cerqueira	18	17	21	3	16,67%
Tunápolis	15	17	15	0	0,00%
Belmonte	3	4	3	0	0,00%
Paraíso	3	3	3	0	0,00%
Palma Sola	23	21	20	-3	-13,04%

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE (2007).

Nesta fase da análise, ficou tácito que o importante não é aumentar quantitativamente o número de indústrias. Mais importante é aumentar quantitativamente o VA médio das indústrias, progressiva e geometricamente, de modo que, nos anos seguintes, o retorno econômico do ICMS seja maior, para que o município e a

microrregião não percam espaço no crescimento do PIB e do VA para outras microrregiões.

Apenas os municípios de Princesa e Guarujá do Sul não tiveram o crescimento econômico eqüitativo ao número de indústrias instaladas no período. Feita a análise comparativa média microrregional, com os municípios individuais, percebe-se que os municípios de Princesa, Guarujá do Sul e Bandeirante tiveram um desempenho inferior, enquanto o município de Dionísio Cerqueira demonstrou um desempenho ligeiramente superior, mas que pode ser considerado idêntico à média microrregional. Para encontrar a média microrregional, buscou-se um parâmetro para a diferença entre o crescimento do VA no período de 1996 para 2004, que foi apurado em 176,22%, para o crescimento do número de indústrias no período de 1996 para 2003, que foi de 130,57%, que proporcionou o índice médio de crescimento de 45,65%.

4.4 Análise de cenário prospectivo para um crescimento equitativo

Inicia-se a análise de um cenário prospectivo ideal para um crescimento eqüitativo entre todos os municípios do Extremo Oeste Catarinense. O destaque ficará para a expansão do VA, proposto na Tabela 5, que será transformado em *per capita*, sugerindo neste uma análise mais profunda do contexto microrregional onde, para Furtado (2004), será exposto o perfil distributivo da mesma.

Observa-se que vários municípios, embora de pequeno porte e emancipados após 1990, têm um desempenho melhor que aqueles emancipados anteriormente, mostrando que não importa o tamanho econômico, o tempo de emancipação ou o poder político. O que importa é o poder de compra, sua capacidade de produção e agregação de valor ao produto, bem como a organização e o perfil de cada um.

Na Tabela 5, observa-se quanto potencial de crescimento do PIB ou expansão do VA a microrregião tem. Se observado o VA *per capita*, percebe-se o desempenho de agregação de valor aos produtos diferentemente nos municípios da microrregião, ou seja, verifica-se, em alguns, um VA *per capita* expressivo e, em outros, pouco significativo economicamente.

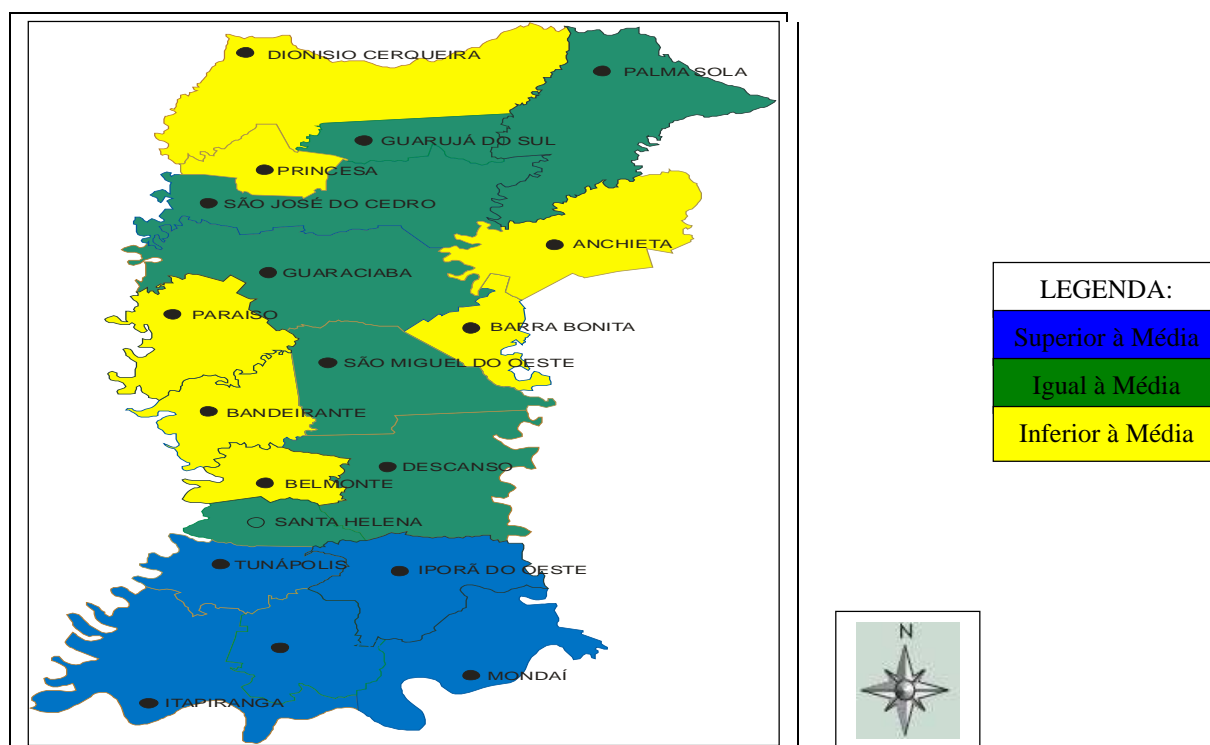
Tabela 5. VA (2005) em relação à população (2007) dos municípios do EO SC.

MUNICÍPIOS	Agricultura	Ind. e Com.	TOTAL	População	VA Per Capita
	2005	2005	2005	2007	
ITAPIRANGA	129.821.665	142.149.830	271.971.495	15.238	17.848,24
SAO JOAO DO OESTE	78.539.653	15.844.338	94.383.991	6.020	15.678,40
TUNAPOLIS	48.670.457	6.262.048	54.932.505	4.650	11.813,44
MONDAI	47.988.744	57.199.832	105.188.576	9.126	11.526,25
IPORA DO OESTE	59.292.620	20.204.546	79.497.166	7.933	10.021,07
DESCANSO	51.084.977	13.890.107	64.975.084	8.091	8.030,54
GUARUJA DO SUL	17.117.401	16.010.852	33.128.253	4.722	7.015,72
GUARACIABA	50.559.432	20.721.518	71.280.950	10.604	6.722,08
PALMA SOLA	26.102.275	25.788.269	51.890.544	7.942	6.533,69
SAO MIGUEL DOESTE	36.421.444	177.120.927	213.542.371	33.806	6.316,70
SAO JOSE DO CEDRO	44.296.309	40.714.750	85.011.059	13.699	6.205,64
SANTA HELENA	10.820.216	4.188.295	15.008.511	2.437	6.158,60
BELMONTE	12.283.767	2.223.020	14.506.787	2.681	5.410,96
PARAISO	14.939.495	3.802.580	18.742.075	4.195	4.467,72
PRINCESA	9.290.508	1.912.387	11.202.895	2.604	4.302,19
BANDEIRANTE	11.327.243	1.117.253	12.444.496	3.028	4.109,81
ANCHIETA	14.802.617	10.764.386	25.567.003	6.587	3.881,43
BARRA BONITA	6.128.886	939.405	7.068.291	2.064	3.424,56
DIONISIO CERQUEIRA	21.283.817	23.747.143	45.030.960	14.792	3.044,28
Extremo Oeste SC	690.771.526	584.601.486	1.275.373.012	159.740	7.984,06

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2007).

Nesta Tabela, observa-se que o município com o melhor VA *per capita* possui 6 vezes mais em relação ao município com o menor, ou seja, Itapiranga tem um VA *per capita* de R\$ 17.848,24, sendo a média da microrregião de R\$ 7.984,06 e Dionísio Cerqueira, com o menor VA *per capita*, tem apenas R\$ 3.044,28. Confirma-se mais uma vez aqui os extremos, tanto do VA *per capita* mais expressivo, quanto o menos significativo, sendo que os dois municípios foram emancipados na mesma época, têm uma população idêntica, mas com uma economia muito diferente.

No Mapa 3 é possível ter um panorama completo dos municípios com desempenho no VA *per capita* superior à média, igual à média e inferior à média, juntando-os em blocos autônomos e blocos de necessidades de políticas públicas compensatórias.



Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

Figura 3. Perfil do valor adicionado *per capita* no EOSC.

No contexto geral dos municípios da microrregião do Extremo Oeste, observa-se, na Tabela 5, que cinco estão com um VA *per capita* excelente (azul), ou seja, Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Mondaí e Iporá do Oeste, numa condição acima da média de R\$ 7.984,28, observando-se que destes, dois foram emancipados antes de 1990 e três foram emancipados durante ou após 1990. Os municípios com um VA *per capita* bom (verde) ou próximos da média, são: Descanso, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Palma Sola, São Miguel do Oeste, São José do Cedro e Santa Helena. Observa-se que seis destes foram emancipados antes de 1990 e apenas um após 1990. Os municípios com um VA *per capita* ruim ou abaixo da média (amarela) microrregional são: Belmonte, Paraíso, Princesa, Bandeirante, Anchieta, Barra Bonita e Dionísio Cerqueira, ensejando um fraco dinamismo econômico e um poder de compra *per capita* relativamente baixo. Neste contexto, observam-se dois municípios emancipados antes de 1990, e quatro novos, emancipados durante ou depois de 1990.

Se analisada a pesquisa completa, percebe-se que foram feitas várias análises comparativas: dados das mais diversas tabelas foram cruzados e informações construídas sem embasamento em outras pesquisas foram destruídas, sendo possível afirmar que, na microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, no contexto de seus municípios, de forma proporcional e relativa, existe dinamismo econômico. Municípios com uma população pequena e um VA *per capita* acima da média: Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Mondaí, Iporá do Oeste e Descanso. Na prospecção do PIB, vários municípios estão acima da média: Itapiranga, Santa Helena, Iporá do Oeste, Palma Sola, São Miguel do Oeste e Tunápolis. Na prospecção do VA, vários outros municípios estão

acima da média: Mondaí, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Santa Helena, Belmonte, Itapiranga, Guarujá do Sul, Palma Sola e Tunápolis.

O que fica claro ainda é de que não importa o número de habitantes. O que importa é seu poder de compra, sua capacidade de gerar e girar a economia através de um mercado interno consistente, proporcionando dinamismo econômico expressivo, no contexto relativo ao seu número de habitantes, não esquecendo e nem perdendo de vista sua qualidade de vida. Sua capacidade de definição de ações e planejamento proporciona visibilidade e longevidade.

Para que a microrregião consiga um crescimento equitativo terá que proporcionar ou desenvolver políticas públicas compensatórias para os municípios com menos PIB e VA. Os municípios com um PIB e VA acima da média (bom), já tem crescimento e desenvolvimento autônomo, ao passo que os municípios considerados com desempenho abaixo da média (ruim), precisam de uma ajuda, através de políticas públicas compensatórias. É preciso manter a situação dos municípios com cenários bons, bem como criar políticas compensatórias de impacto naqueles onde o cenário é desfavorável, ou considerado ruim.

Ressalta-se a importância de observação individual, pois muitos municípios têm dinamismo acelerado e já buscam soluções aos seus problemas de geração de emprego e renda, conseguindo a expansão do Produto Interno Bruto. Para Ferrera de Lima (2005), as regiões e, por conseguinte, os municípios, devem especializar-se nas atividades que dominam, ou seja, especializarem-se onde forem mais competitivos. No entanto, as vantagens não surgem ao acaso, pois as aptidões regionais se formam a partir da seqüência de mudanças na estrutura produtiva. Observa-se, no contexto da microrregião Extremo Oeste Catarinense, que os municípios vêm mudando sua estrutura produtiva e se preparando para competir no mercado globalizado.

No entanto, em ambientes turbulentos e repletos de rupturas, que impedem a utilização de modelos clássicos de previsão e projeções, Marcial & Grumback (2006), afirmam que os estudos prospectivos não têm como objetivo prever o futuro, mas sim e tão somente, fornecer tendências e analisar as diversas possibilidades de futuro plausíveis e preparar as regiões para que enfrentem qualquer uma delas.

5 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar se e porque das razões pela qual à microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, é apontada como estagnada, pesquisando-se seu dinamismo econômico, apontando alternativas através de cenários prospectivos endógenos, no intuito de acelerar seu dinamismo econômico.

Se analisado o Valor Adicionado dos municípios da microrregião, percebe-se que até o ano 2000 houve uma perda nos índices de retorno do ICMS, no entanto, a partir daí, há uma inversão nesta tendência, ou seja, os municípios passam a ter um crescimento maior que o Estado, ensejando um período de dinamismo econômico maior do que o contexto Estadual.

Percebeu-se que a principal potencialidade da economia microrregional é ou está voltada ao setor agrícola ou primário, bem desenvolvido, tecnificado, dinâmico e fonte geradora de empregos, renda e dinamismo. Caracterizada pela agricultura familiar, ou

seja, pequenas propriedades de em média 25 hectares, característica trazida ou imposta pelas colonizadoras, hoje profissionalizada na produção de leite, aves e suínos, na grande maioria produtos de base exportadora para as agroindústrias. Ressalta-se que as grandes empresas aqui instaladas, do setor das agroindústrias ou de madeiras, são altamente tecnificadas e exportadoras, fontes geradoras de muitos empregos, renda e dinamismo. Fica factível que, além de estarem proporcionando este dinamismo, são importadoras de renda dos continentes Europeu, Asiático e Americano, bem como dos Emirados Árabes. Esta renda externa é muito importante para agilizar, processar e distribuir renda entre os locais, que geram Produto Interno Bruto diferenciado, bem como um Valor Adicionado importante para os municípios, quando se trata do retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS Estadual.

Novas atividades voltadas ao setor agrícola estão surgindo e poderão proporcionar novas fontes de emprego, renda e dinamismo, como: implantação de granjas de matrizes para produção de ovos de galinha para as agroindústrias, plantio de culturas voltadas para produção de biodiesel e álcool de cana-de-açúcar, turismo rural e lazer, entre outros.

Observou-se também que, os municípios mais caracterizados pelo setor terciário, têm o menor PIB e VA com relação aos demais, tendo em vista que este setor é de fácil sonegação e difícil mensuração. São dois problemas percebidos: o consumidor não tem o hábito de solicitar nota ou cupom fiscal e, quando o faz, o empresário emite com valor inferior ao comercial, não gerando movimento econômico ampliado ou diferenciado, permanecendo, na maior parte dos casos, os valores originais e iguais de entrada e saída na DIME das empresas.

Neste aspecto, quando tratadas as políticas públicas compensatórias, deve-se levar em conta onde as novas empresas estarão se instalando, a exemplo de uma grande unidade industrial de abate de suínos que está se instalando em São Miguel do Oeste, com capacidade inicial de abate diário de 1.200 cabeças, podendo abater diariamente até 3.300 cabeças. Todas estas iniciativas convergem para aumentar o PIB e o VA dos municípios, mas principalmente para o município de São Miguel do Oeste que verá, no bojo de seu resultado econômico, uma aceleração de seu dinamismo, viabilizando empregos e renda.

Portanto, os resultados da pesquisa permitem apontar para um crescimento econômico prospectado significativo para os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina para os próximos anos, no horizonte temporal estudado até 2025. Percebe-se que poucos municípios necessitarão de atenção diferenciada ou especial, pois a grande maioria tem estrutura própria e condições de auto-dinamismo, prospecção, projeção e avanços econômicos significativos.

Conclui-se, então, que a microrregião tem muito mais dinamismo do que aquele apresentado pelos órgãos oficiais, no entanto, há uma disparidade intermunicipal significativa na geração de PIB e VA. Os municípios localizados na parte Sul têm uma responsividade e estrutura organizacional diferenciada, ou seja, mais apurada e organizada, de modo que se ajustam rapidamente às novas definições e exigências do mercado. Já a maioria dos municípios localizados na parte Norte apresenta dificuldades maiores, tanto para melhorar os indicadores econômicos, como os índices sociais, mas todos apresentam potencial inovativo e competitivo, ensejando que é possível, com políticas públicas compensatórias sérias, proporcionar um crescimento equitativo no contexto geral dos dezenove municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.

6 Referências

- AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 23, pp 261-283, julho 2001.
- BREDA, Nestor Luiz. **Coordenação da Cadeia Produtiva do Leite**: um estudo do subsistema no oeste de Santa Catarina. Minas Gerais: Lavras, 2001. Dissertação (mestrado em Administração Rural)
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CRUZ, Anibal Pinto Santa. *El financiamiento del desarrollo y el círculo vicioso de la pobreza*. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano VIII, nº. 13, Janeiro de 2006, Salvador, BA.
- Federação Catarinense de Municípios – FECAM. **Dados Econômicos e Mapas**. Pesquisado em <<http://www.fecam.org.br>>; acessado em 2007.
- FERRERA DE LIMA, Jandir. **La Diffusion Spatiale du Développement Économique Régional: L'Analyse des composantes et de la forme de la diffusion Spaciale au Sud du Bresil, au XX^o Siècle**. Tese de Doutorado: Canada, 2005.
- FRIEDMANN, John. *Cities in Social Transformation*. Comparative Studies in Society and History, vol 4, p. 86-103, jul. 1961.
- FURTADO, Celso. **A economia Latino-Americana. Formação histórica e problemas contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2004.
- GODET, Michel. **Scenarios and Strategic management**. London: Butterworth's Scientific, 1987.
- HIRSCHMAN, Albert O.. **Stratégie du development économique**. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1964.
- _____. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In: CARDOSO, F. H.; FONT, B. S. M (org). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, p. 31-79, 1985.
- MARCIAL, Elaine Coutinho & GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários Prospectivos**: como construir um futuro melhor. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MOURA, Suzana. **Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas**: tendências à renovação na gestão local, 1997. Tese (Doutorado). Salvador, NPGA/EAUFBA, 1997.
- NORTH, Douglas C. A. **A agricultura no crescimento econômico regional**. In: Schwartzman (org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, p. 290-313, 1977.

PEREIRA, José Matias. **Economia brasileira: governabilidade e políticas de austeridade, dimensões macroeconômicas, desigualdades socioeconômicas.** São Paulo: Atlas, 2003.

ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. **A Nova Economia Institucional Revisitada.** *Revista de Economia e Administração*, v.3, n.4, 287-300p, out/dez. 2005.

Secretaria de Estado da Fazenda. **Dados do Valor Adicionado dos Municípios Catarinense.** Pesquisado em <<http://www.sef.gov.br>>, acessado em 2007.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **Planejamento integrado de desenvolvimento** – natureza, validades e limites. In *Revista Terra Livre*. Nº. 10, 1994.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARTZ, Peter. ***The art of long view: planning for the future in an uncertain world.*** New York: Doubleday, 1996.

WENGER, E. ***Communities of practice: learning, meaning and identity.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.